

21 de Julho de 1975

ANÁLISE CONJUNTA DO PROCESSO T:A.P. PELA COMISSÃO DE TRABALHADORES,
COMISSÃO SINDICAL E SECRETARIADO DE DELEGADOS SINDICAIS.

C O M U N I C A D O

=====

Tendo sido solicitado por diversos trabalhadores à Comissão de Trabalhadores a clarificação de algumas situações ocorridas durante a manifestação, entendeu esta não o fazer durante aquela fase da nossa luta, de modo a não provocar uma desmobilização nem o aproveitamento dos órgãos representativos dos trabalhadores para fins divisionistas, porque considerou que a análise da manifestação se deverá enquadrar em todo o processo T.A.P., pelo que só agora julga estarem satisfeitas as condições mínimas necessárias para o fazer. Assim, a Comissão de Trabalhadores conjuntamente com a Comissão Sindical e o Secretariado de Delegados Sindicais decidiram sintetizar aquilo que julgam de primordial importância neste comunicado.

1. RESUMO DA LUTA ATÉ AO ÚLTIMO PLENÁRIO

A luta pelo A.C.T. e pelo Caderno Reivindicativo da D.M.E., ao qual mais tarde aderiram todos os trabalhadores T.A.P., arrasta-se à mais de um ano. Caluniados durante a luta pelas entidades governamentais, pelos órgãos de informação, por partidos políticos e por alguns sindicatos conciliadores, calúnias estas que visavam a desmobilização e atrelar os trabalhadores T.A.P. às manobras oportunistas de elementos ligados aos órgãos acima indicados. A nossa luta tem tido muitos altos e baixos ao longo dos 15 meses, sendo os pontos quentes em 26 de Agosto, 11 de Março e 24 de Junho, pontos quentes estes coincidentes com as maiores crises da burguesia. No dia 24 de Junho último, ficaram retidas à mesa das negociações as Comissões Administrativa e Sindical, enquanto não fosse concluído o A.C.T.. Várias manobras foram feitas no sentido de desmobilizar os trabalhadores T.A.P., sendo a primeira a do Governo ao exigir que a Comissão Sindical deixasse sair a Comissão Administrativa para fora das instalações da Empresa, sem prévia consulta aos trabalhadores. Foi esta posição repudiada pela Comissão Sindical, ao expôr à consideração dos trabalhadores a possibilidade ou impossibilidade da saída da Comissão Administrativa das instalações. Novas tentativas de desmobilização foram feitas pelo Sr. Ministro dos Transportes e Comunicações, o qual propunha:

- 1 - Os 95 000 contos eram para todos os encargos e despesas globais referentes ao A.C.T..
- 2 - Dividir o restante dos 1700 subsídios de turno pelos 3 000 trabalhadores que neste momento fazem turnos.
- 3 - Eliminar completamente todo e qualquer subsídio.

Dizia o Sr. Ministro que, pessoalmente, não concordava com o aumento de encargos para a T.A.P., e que defenderia esta sua posição em Conselho de Ministros. Devido à nossa posição de não abdicarmos das nossas justíssimas reivindicações, resolve o Conselho da Revolução ceder aos trabalhadores T.A.P., satisfazendo o 1º ponto da sua proposta, dando os 95 000 contos só para tabelas salariais e encargos.

Quanto ao 2º ponto da sua proposta, a posição do Conselho da Revolução é que os quantitativos monetários dos subsídios de turno já existentes se mantêm como actualme nte, não concedendo desta forma, os 1 300 subsídios de turno em falta. Embora estas informações não tenham sido suficientemente clarificadas pelos orgaos de informação na sexta-feira dia 11 de Junho, e ninguém tivesse a certeza da sua veracidade, alguns trabalhadores começaram a movimentar-se no sentido de se convocar um plenário através de propostas apresentadas à Comissão Sindical, para esta analisar o Comunicado Governamental divulgado pelos orgaos de informação. Assim, na concentração das 15 horas, os trabalhadores em grande maioria repudiaram esta tentativa de se fazer o plenário, considerando-a uma manobra para tentar mais uma vez desmobilizar a nossa luta, tendo a Comissão Sindical aproveitado a oportunidade para informar que só convocaria um plenário para fazer esta mesma análise quando recebesse oficialmente a tomada de posição do Conselho da Revolução. Convoca a Comissão Sindical um plenário para as 18 horas deste mesmo dia para se nomearem os 1 000 trabalhadores que ficariam nas instalações no fim-de-semana. É precisamente neste plenário que surge à última hora a comunicação oficial do Conselho da Revolução. Esta proposta, como todas as outras, tinha mais uma vez a finalidade de dividir os trabalhadores em dois sectores: -um, os que não têm direito a qualquer subsídio (a maioria) o outro, os que tendo direito a ele não o recebem (a minoria). Os seus objectivos foram infelizmente atingidos porque não houve da parte da Comissão Sindical uma defesa das reivindicações dos trabalhadores no seu conjunto, mantendo-se silenciosa sobre o assunto, o que deu aso a que todo o tipo de oportunistas fossem falar a favor da aceitação da proposta do Conselho da Revolução, traíndo assim os Camaradas da Escala de Lisboa e criando as condições necessárias para que provocadores continuassem nas suas tentativas de divisão total dos trabalhadores, lançando para a mesa uma proposta no sentido de dividir os subsídios de turno dos 1 700 trabalhadores, pelos 3 000. Setas traições estavam de acordo com a proposta do Sr. Ministro, e só foram levadas a cabo, com a colaboração de alguns individuos que neste momento andam disfarçados de trabalhadores.

2. ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO

- 1 - primeiros contactos para a manifestação conjunta -- foram feitos através de elementos dos C.T.T., Metro, e T.L.P., quando a 27 de Junho, sexta-feira, de tarde se deslocaram à T.A.P. para contactarem a Comissão Sindical nesse sentido.
- 2 - Dia 30, 2ª feira-a Comissão de Trabalhadores em reunião decide analisar das vantagens ou desvantagens de tal manifestação, e propõe uma reunião com a Comissão Sindical e Secretariado de Delegados Sindicais para análise conjunta, entrando em conta com o momento político que se atravessava. Nesse mesmo dia à tarde, aparece um elemento dos T.L.P. no plenário T.A.P. das 15 horas, e é aprovada uma proposta para realização de manifestação conjunta.
- 3 - Dia 01, 3ª feira- faz-se reunião conjunta entre a Comissão de Trabalhadores, Comissão Sindical e Secretariado de Delegados Sindicais, para debate sobre a manifestação. Nestes debates aparece uma proposta da Comissão de Trabalhadores que, entre outros pontos, focava a necessidade de se fazer um inquérito a fim de se apurar como aparecera aquele elemento dos T.L.P. e de quem vinha mandatado. Surge também de novo o problema da oportunidade da manifestação. Assim, foi aprovada uma proposta no sentido de ser ratificada no plenário seguinte a proposta de participação dos trabalhadores T.A.P. na manifestação conjunta já aprovada no plenário "tele-janela" do

dia anterior, 30 de Junho. Para além da proposta acima referida, foi ainda aprovada outra, por 13 votos contra 12, em que se apoiava inequivocamente a decisão do plenário "tele-janela" de 30 de junho relativamente à participação na manifestação. Esta última proposta (13 contra 12), incluía um ponto em que se definia que os três órgãos reunidos, se submetiam e se sujeitavam à decisão do plenário "tele-janela", independentemente das posições pessoais como, aliás, facilmente se pode verificar pela própria votação.

- 4 - Dia 2, 4ª feira- continua-se a reunião e são escolhidos 15 elementos para fazerem parte da organização da manifestação, dando assim cumprimento à proposta aprovada no plenário. Entre os 15 elementos, decide-se formar um grupo de 5 a fim de irem colher informações sobre a fase da luta nas outras Empresas. Nesse mesmo dia, no plenário das 15 horas, são dadas informações sobre a fase dessas lutas, por esses elementos, e é ratificada a proposta da nossa participação na manifestação, indo solidários caso o A.C.T. se encontrasse resolvido até às 24 horas de quinta-feira, e como convocantes caso negativo. Nesse mesmo dia à noite, os 5 elementos incumbidos dos contactos com as outras Empresas em luta, têm uma reunião no sindicato dos T.L.P.; não ficando nada resolvido, pois os T.L.P., dada a fase da sua luta (presença efectiva todo o dia e toda a noite em reuniões no COPCON e no Conselho da Revolução), tinham os seus elementos organizativos empenhados nestas reuniões, e não puderam estar presentes. Assim, foi decidido adiar a reunião para as 19 horas de quinta-feira.

- 5 - Dia 3, 5ª feira- manhã- aparece um comunicado da célula de Cascais do P.C.P. - tarde- aparecem comunicados da manifestação da Siderurgia Nacional, trazidos por trabalhadores dessa Empresa.

- noite- na nova reunião nos Sindicato dos T.L.P., as posições foram: T.L.P.- Convocavam manifestação. C.T.T. e Metro, não convocavam, mas aderiam a ela solidarizando-se.

T.A.P.- Convocava ou ia em solidariedade dependendo da proposta Governamental.

Apoiavam também a nossa manifestação elementos da Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional e Secretariado das Intercomissões. Após se ter discutido da viabilidade da integração das duas manifestações, pelas 04 horas, conclui-se pela negativa, dado uma de carácter geral anti-fascista (S.N.); já com palavras de ordem aprovadas em plenário, e outra (T.A.P., T.L.P., C.T.T. e Metro), ser de carácter reivindicativo e específico da luta de trabalhadores pelos respectivos Acordos Colectivos de Trabalho, dentro do mesmo ramo de actividade. Passa-se à discussão das palavras de ordem, as quais foram votadas democraticamente. Decide-se que os cartazes que cada empresa levasse, fossem os utilizados já nas suas lutas. Decide-se do percurso a seguir, das braçadeiras a distribuir aos piquetes de ordem (cada Empresa teria o seu serviço de ordem), da elaboração de uma convocatória a ser enviada aos órgãos de informação, e à população, e da efectuação de um debate pelas 12 horas na Rádio Renascença entre as empresas em luta. Esta reunião termina cerca das 5 horas do dia 4, sexta-feira.

- 6 -Dia 4, sexta-feira, - há plenário às nove horas onde sobre a manifestação são dadas algumas informações de como ela viria a decorrer, convocando-se os trabalhadores para se concentrarem pelas 17 horas frente ao edifício 25 - às 17 horas reduzido número de trabalhadores (cerca de 500) e na sua quase totalidade operários, comparecem na concentração. - próximo do Areeiro, é dado conhecimento à direcção da manifestação que os camaradas dos T.L.P. se encontravam em plenário de emergência no I.S.T. pelo que o percurso inicialmente previsto é desviado para lá.

4

Aqui, verifica-se a integração de alguns elementos dos T.L.P. que se colocam na cauda da manifestação, sem nenhum serviço organizado. Face a isto, os serviços de ordem da T.A.P. fizeram recuar os seus cartazes de forma a cobrirem toda a manifestação. No Rossio, ponto de paragem para aguardar a chegada dos elementos das outras empresas e que a manifestação da Sidurgia Nacional desocupasse a Praça do Comércio. Aqui (Rossio) verificam-se mais situações anómalas nesta manifestação, pois esta paragem forçada provocou um certo desalinhamento e abrandamento do serviço de ordem o que deu origem ao aproveitamento feito por parte de organizações políticas, nomeadamente o M.R.P.P.; para a distribuição de comunicados e venda de publicações. Paralelamente, um cartaz levado pelos T.L.P. já nas suas anteriores lutas e manifestações (NINGUEM HÁ-DE CALAR A VOZ DA CLASSE OPERÁRIA) faz com que tal seja interpretado por alguns camaradas da T.A.P. como sendo partidário. A razão deste cartaz aparecer intercalado entre os da T.A.P. deve-se ainda ao facto já anteriormente reportado de terem sido integrados elementos dos T.L.P. na manifestação T.A.P. pelo recuo dos nossos cartazes. O mesmo cartaz é, de novo, contestado pelas mesmas pessoas. Já em S. Bento faz-se um comício em que usam da palavra trabalhadores de todas as empresas participantes e onde são aprovadas por esmagadora maioria as propostas apresentadas.

3. ALGUMAS CONCLUSÕES

Quanto ao processo de luta aqui referenciado, dele ressaltam alguns aspectos positivos: os trabalhadores foram levados a aperceberem-se melhor com quem podem contar; os trabalhadores foram capazes de transpôr a luta para a rua; os trabalhadores foram capazes de se unirem a camaradas de outras Empresas. Aspectos negativos, muitos houve, quase todos eles resultantes de uma falta de firmeza na direcção da luta, reflectindo não só a inexistência de uma organização de base, bem como a demissão nos momentos criticos de elementos eleitos pelos trabalhadores para a sua defesa, e do consequente aproveitamento da situação para se instalar o divisionismo. São exemplo disto o tipo de mobilização efectuada durante a fase de ocupação, na qual o processo nunca foi conduzido sob a perspectiva da luta de classes e sim debaixo do signo da apoliticidade, que acabou por se vir a reflectir não só na manifestação como na conclusão do último plenário.

CAMARADAS NÓS DEVEMOS APRENDER TANTO COM AS DERROTAS COMO COM AS VICTÓRIAS E DEVEMOS PARTIR DA ANÁLISE DOS ERROS PARA NÃO TORNAR A COMETÊ-LOS NA PRÓXIMA FASE DE LUTA. DEVEMOS VARRER DO NOSSO SEIO TODOS OS OPORTUNISTAS A FIM DE CRIARMOS UMA FIRME DIRECÇÃO À VOLTA DA QUAL NOS POSSAMOS UNIR COMO UMA ROCHA. DEVEMOS UTILIZAR AS ARMAS DA CRÍTICA E DA AUTOCRÍTICA PARA ACABARMOS DE VEZ COM O DIVISIONISMO. DEVEMOS LUTAR POR FORMAS DE ORGANIZAÇÃO COM AS QUAIS POSSAMOS AVANÇAR DECIDIDAMENTE. DESTAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOBRESSAI A COMISSÃO DE TRABALHADORES, ORGÃO FUNDAMENTAL PARA UNIR OS TRABALHADORES. DEVEMOS LIMPÁ-LA A CADA MOMENTO DOS OPORTUNISTAS A FIM DE ELA SER CONSTITUÍDA SEMPRE PELOS CAMARADAS MAIS FIRMES E LUTADORES.

=====////=====

CONVOCAM-SE TODOS OS TRABALHADORES T.A.P. PARA O PLENÁRIO GERAL A REALIZAR NO REFEITÓRIO NA QUINTA-FEIRA DIA 24 DE JULHO PELAS 17:30, COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

1. INFORMAÇÕES
2. MANDATO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES PARA A INTERCOMISSÕES
3. ANÁLISE DO PROCESSO DE LUTA DA T.A.P..

=====////=====